



BANCO DA AMAZÔNIA

FNO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO NORTE
(LEIS Nº 7.827/1989, Nº 9.126/1995 e Nº 10.177/2001)

RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício 2001



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2001

O Banco da Amazônia S.A. apresenta o **Relatório de Gestão** do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa SFC/MF N.º 02, de 20/12/2000, com a finalidade de compor o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2001.

1 NATUREZA DO FNO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi criado pela Constituição Federal de 1988 – Art. 159, inciso I, alínea “c” e regulamentado pela Lei n.º 7.827, de 27/09/1989, com alterações da Lei n.º 9.126, de 10/11/1995, cabendo ao Banco da Amazônia, instituição financeira federal de caráter regional, a administração dos recursos do Fundo.

A estratégia de aplicação de recursos do FNO, para o exercício de 2001, foi planejada considerando os encontros técnicos realizados pelo Banco da Amazônia nos Estados da Região Norte, com a participação dos diversos segmentos da sociedade organizada, bem como, as diretrizes da Lei n.º 7.827/89 e com o Plano Plurianual 2000-2003 do Governo Federal (PPA). Fundamenta-se nos preceitos de desenvolvimento sustentável, com foco para a ampliação, fortalecimento e consolidação da base produtiva da Região Norte, privilegiando, principalmente, os segmentos econômicos de menor porte.

Assim, o Banco da Amazônia, de conformidade com a legislação em vigor e as orientações definidas pelo Ministério da Integração Nacional (MI), observa as seguintes diretrizes na formulação dos programas de financiamento do FNO:

- concessão de financiamentos aos setores produtivos privados da Região;
- apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente, em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas;
- prioridade para produção de alimentos básicos destinados ao consumo da população, bem como, aos projetos de irrigação, quando pertencentes a produtores rurais, suas associações e cooperativas;
- uso de tecnologia compatível com a preservação/conservação do meio ambiente;
- conjugação de crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- uso criterioso dos recursos e a adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente e grupo econômico, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- adoção de prazos e carências, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- ação integrada com instituições federais, estaduais, municipais e outras representativas dos setores produtivos, sediadas na Região, objetivando o fortalecimento das parcerias, necessárias à correta aplicação do crédito;
- projetos cujas atividades e localização sejam convergentes com aquelas objeto de Programas constantes no Plano Plurianual 2000-2003 (Avança Brasil);
- projetos de infra-estrutura econômica localizados em áreas pioneiras e de expansão da fronteira agrícola;
- projetos de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais;
- projetos que promovam a modernização de atividades econômicas tradicionais objetivando o incremento qualitativo de seus processos produtivos, seja para minimizar impactos ambientais negativos, seja para dar maior eficiência à produção;
- projetos que contemplem a adição de valor à produção regional mediante formação e adensamento de cadeias produtivas ligadas à estruturação de complexos, com destaque aos de oleaginosas, minero-metalúrgico, couros e peles, laticínios, pesca, fruticultura, têxteis, fármacos, florestal-madeireiro e pedras semipreciosas.

2 PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DO FNO

No ano de 2001, foram operacionalizados, através do FNO, 11 (onze) programas de financiamento, contemplando as atividades econômicas dos setores rural, industrial e de turismo, conforme quadro abaixo, cujas bases e condições operacionais estão apresentadas em tabelas anexas.

PROGRAMAS
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)
Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal (PRONAF/PRODEX)
Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada (PRONAF/PRORURAL)
Programa de Desenvolvimento Rural (PRODERUR)
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal (PROFLORESTA)
Programa de Apoio às Microempresas (PROMICRO)
Programa de Desenvolvimento Industrial (PRODESIN)
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria (PROAGRIN)
Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional (PRODETUR)
Programa de Apoio à Exportação (FNO-EXPORTAÇÃO)
Programa de Apoio ao Comércio e à Prestação de Serviços

3. METAS

Para o período compreendido entre 2001 a 2003, a previsão de ingressos de recursos para o FNO, via repasse do Tesouro Nacional, segundo estimativa feita pelo Ministério de Orçamento e Gestão (MOG), é a seguinte:

Ano 2001 - R\$ 430,8 milhões
Ano 2002 - R\$ 404,4 milhões
Ano 2003 - R\$ 418,5 milhões

Para o exercício do ano 2001, a previsão total de recursos financeiros do Fundo correspondeu a R\$ 562,6 milhões, para aplicação através de operações de crédito, conforme a seguir especificado:

Estimativa de reembolso de créditos em 2001	R\$ 131,8 milhões
- Indenizações do Banco ao Fundo	R\$ 14,3 milhões
- Amortização de Contratos	R\$ 66,5 milhões
- Atualização monetária do Disponível	R\$ 51,0 milhões
Estimativa de ingressos via repasse STN	R\$ 430,8 milhões
TOTAL.....	R\$ 562,6 milhões

Abaixo apresentamos a previsão de recursos para o período, com distribuição pelas 7 Unidades Federativas da Região Norte, bem como os percentuais de alocação de recursos por setores produtivos, obedecendo as definições dos Estados em termos setoriais, a quando dos encontros de planejamento realizados no período de 10/08 a 04/09/2000.

Estados	Valor (R\$ milhões)		
	2001	2002	2003
ANO			
Acre	56,26	40,44	41,85
Amapá	56,26	40,44	41,85
Amazonas	84,39	60,66	62,77
Pará	140,65	101,10	104,64
Rondônia	84,39	60,66	62,77
Roraima	56,26	40,44	41,85
Tocantins	84,39	60,66	62,77
Total	562,60	404,40	418,50

ANO	2001		2002		2003	
ESTADO	Rural (%)	Industrial (%)	Rural (%)	Industrial (%)	Rural (%)	Industrial (%)
Acre	80	20	70	30	70	30
Amapá	60	40	60	40	60	40
Amazonas	60	40	60	40	60	40
Pará	65	35	65	35	65	35
Rondônia	75	25	75	25	75	25
Roraima	60	40	60	40	60	40
Tocantins	75	25	75	25	75	25

Essas metas de aplicação de recursos por Unidade da Federação e setores produtivos, constituem, apenas, um balizamento para o planejamento da atuação do FNO. Assim, ao longo de cada exercício, são passíveis de serem alteradas de acordo com a dinâmica do desenvolvimento regional, decorrente da intervenção planejada dos diversos níveis de Governos. Esse aspecto pressupõe, uma política de parceria do Banco da Amazônia em todos os níveis institucionais, de modo a desenvolver um processo participativo com os agentes e atores do desenvolvimento regional, visando maximizar a eficiência do instrumento creditício como fator para minimizar as desigualdades intra e inter-regionais.

Com a entrada em vigor da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, pela qual foi determinado o financiamento de empreendimentos comerciais e de serviços, houve a necessidade do Banco da Amazônia estabelecer uma nova distribuição setorial dos recursos, conforme demonstrado abaixo:

ANO	2001			2002			2003		
ESTADO	Rural (%)	Industrial (%)	Comércio e Serviços (%)	Rural (%)	Industrial (%)	Comércio e Serviços (%)	Rural (%)	Industrial (%)	Comércio E Serviços (%)
Acre	72,2	17,8	10,0	63,3	26,7	10,0	63,3	26,7	10,0
Amapá	54,4	35,6	10,0	54,4	35,6	10,0	54,4	35,6	10,0
Amazonas	54,4	35,6	10,0	54,4	35,6	10,0	54,4	35,6	10,0
Pará	58,9	31,1	10,0	58,9	31,1	10,0	58,9	31,1	10,0
Rondônia	67,8	22,2	10,0	67,8	22,2	10,0	67,8	22,2	10,0
Roraima	54,4	35,6	10,0	54,4	35,6	10,0	54,4	35,6	10,0
Tocantins	67,8	22,2	10,0	67,8	22,2	10,0	67,8	22,2	10,0

A aplicação dos recursos do FNO na Região, objetiva alcançar os seguintes resultados:

3.1 QUALITATIVOS

a) Na Economia Regional

- Aumentar o valor agregado bruto regional;
- Aumentar a arrecadação de impostos e taxas;
- Aumentar a oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- Diminuir o êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- Introduzir tecnologias capazes de superar o estado de atraso da economia regional;
- Contribuir para o aumento dos excedentes exportáveis;
- Internalizar renda a partir da verticalização da produção das matérias-primas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias regionais;
- Minimizar as desigualdades internas da Região através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- Melhorar o abastecimento interno de produtos básicos;
- Promover a auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos regionais; e
- Estimular o aproveitamento econômico da flora regional.

b) Aos Beneficiários

- Proporcionar a elevação da renda real do produtor, através do acréscimo da taxa de lucro;
- Melhorar a qualidade de vida do produtor rural e do empresário industrial e de seus familiares e empregados; e
- Criar oportunidades para a utilização da mão-de-obra dos membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

c) Ao Consumidor

- Contribuir para a maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- Melhorar o bem-estar social da população em termos de padrão alimentar.

d) Ao Meio Ambiente

- Proporcionar mecanismos de reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas;
- Promover o desenvolvimento da Região, de forma econômica e ecologicamente sustentável;
- Conter o avanço do desmatamento desordenado.

e) Ao Banco da Amazônia S. A.

- Fortalecer a instituição e promover a sua consolidação como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia.

3.2 QUANTITATIVOS

ANOS	RECURSOS A ALOCAR (R\$ Milhões)		QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS/ PROJETOS A FINANCIAR		QUANTIDADE DE EMPREGOS A GERAR		AUMENTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R\$ Milhões)	
	Rural	Industrial	Rural	Industrial	Rural	Industrial	Rural	Industrial
2001	381,51	181,10	28.129	429	32.580	6.125	481,53	894,68
2002	270,00	134,40	19.907	321	23.057	4.572	340,78	667,51
2003	279,20	139,30	20.585	332	23.843	4.739	352,40	691,89

No exercício de 2001, a dotação estimada de recursos, da ordem de R\$ 562,6 milhões, mereceu o seguinte detalhamento de previsão de alocação por programa de financiamento e por estado:

R\$ Milhões

PROGRAMAS	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO	TOTAL
<u>AGRICULTURA FAMILIAR</u>	21,5	25,3	13,8	65,9	37,4	11,2	13,6	188,7
- PRONAF	4,3	9,1	4,3	16,0	9,1	4,3	9,1	56,2
- PRONAF/PRORURAL	13,4	9,7	5,7	42,8	27,5	6,1	4,1	109,3
- PRONAF/PRODEX	3,8	6,5	3,8	7,1	0,8	0,8	0,4	23,2
<u>OUTROS</u>	21,6	65,7	29,3	94,4	53,6	31,9	77,4	373,9
- PRODERUR	7,7	21,0	7,7	14,3	23,5	11,5	47,7	133,4
- PROFLORESTA	1,9	3,3	2,0	14,3	0,8	0,8	0,4	23,5
- PROMICRO	1,2	8,1	2,3	4,3	3,2	1,5	5,1	25,7
- PRODESIN	1,9	12,1	3,8	28,4	6,5	7,7	9,1	69,5
- PROAGRIN	1,9	8,1	2,7	7,1	7,3	3,8	3,6	34,5
- PRODETUR	2,7	2,0	2,7	5,7	1,6	1,5	2,0	18,2
- FNO-EXPORTAÇÃO	0,0	2,0	3,8	4,3	1,6	0,8	0,4	12,9
- FNO-COMÉRCIO E SERVIÇOS	4,3	9,1	4,3	16,0	9,1	4,3	9,1	56,2
TOTAL	43,1	91,0	43,1	160,3	91,0	43,1	91,0	562,6

Para o alcance dessas metas, foi considerada a possibilidade de condições favoráveis para o desenvolvimento de ações induzidas no sistema de alocação dos recursos, objetivando perseguir a eficiência do crédito e a superação das dificuldades em relação aos aspectos de serviços de assistência técnica e extensão rural, suporte tecnológico, infra-estrutura de apoio à produção, oferta de insumos e organização dos produtores. Nesse sentido, a função dos estados e dos municípios é de fundamental importância no processo de desenvolvimento regional.

4 REPASSE DE RECURSOS PARA O FNO

No Exercício de 2001, o Governo Federal repassou à conta do FNO, via Secretaria do Tesouro Nacional (STN), recursos da ordem de **R\$ 479.642,2 mil**, conforme mostra a **tabela 1**.

TABELA 1 VALORES REPASSADOS PARA O FNO EM 2001

Meses	R\$ mil	
	Valor Repassado	
Janeiro	56.342,0	
Fevereiro	32.319,3	
Março	32.260,3	
Abril	37.086,5	
Mai	46.070,1	
Junho	33.171,2	
Julho	37.228,7	
Agosto	43.482,3	
Setembro	31.230,1	
Outubro	40.336,8	
Novembro	27.169,7	
Dezembro	62.945,2	
Total	479.642,2	

Fonte: BASA/DECON

5 DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2001, foram contratadas **10.006** operações de crédito com recursos do FNO, totalizando **R\$ 453.729 mil**.

O setor rural continuou demandando a maior parte dos recursos do Fundo, absorvendo **97,14%** das operações contratadas e **73,4%** dos recursos alocados, correspondentes à contratação de **9.720** operações de crédito no valor de **R\$ 333.015 mil**, conforme mostra a **tabela 2**.

TABELA 2 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO EM 2001

Setores	N.º Operações	%	R\$ mil	
			Valor	%
Rural	9.720	97,14	333.015	73,4
Industrial/Outros	286	2,86	120.714	26,6
Total	10.006	100,00	453.729	100,00

Fonte: BASA/DERUR

Na **tabela 3**, observa-se a maior demanda pelos segmentos de menor porte, que absorveram **86,3%** do total das operações contratadas e **27,3%** dos recursos alocados, o que evidencia o tratamento diferenciado, dispensado pelo Banco, em observação às diretrizes do FNO, na alocação dos recursos do Fundo às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas, com ênfase para os programas destinados ao apoio da pequena produção regional (PRODEX, PRORURAL, PRONAF e PROMICRO).

TABELA 3 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO EM 2001

Porte do Beneficiário	Rural				Industrial				Total			
	Nº Op.	%	Valor	%	Nº Op.	%	Valor	%	Nº Op.	%	Valor	%
Cooperativas	12	0,12	3.102	0,9	0	0	0	0	12	0,12	3.102	0,7
Mini/Micro	7.959	81,88	82.672	24,8	49	17,0	2.193	1,8	8.008	80,03	84.865	18,7

Pequeno	555	5,71	26.681	8,0	60	21,0	9.227	7,7	615	6,15	35.908	7,9
Médio	1.034	10,64	126.595	38,0	57	20,0	25.010	20,7	1.091	10,90	151.605	33,4
Grande	160	1,65	93.965	28,3	120	42,0	84.284	69,8	280	2,80	178.249	39,3
Total	9.720	100,00	333.015	100,00	286	100,00	120.714	100,00	10.006	100,00	453.729	100,00

Fonte: BASA/DERUR

Essa demanda é explicada, sobretudo, pela existência de condições especiais para os programas que contemplam respectivos segmentos, destacando-se: prazos de carência e de pagamento; redução nos encargos financeiros, cuja variação se dá de acordo com a modalidade do crédito e a natureza da atividade contemplada pelos programas de crédito; sistema de garantias; e limite máximo financiável (até 100% dos planos de negócios).

A **tabela 4** mostra a distribuição espacial dos recursos por setor econômico, onde se verifica que os Estados do Pará, Tocantins e Amazonas tiveram uma participação de **60,35%** nas operações contratadas e **86,94%** nos recursos alocados. Isto explica-se, principalmente, pelo fato dos Estados do Pará e Tocantins representarem zonas de fronteira agrícola do país em contínuo crescimento; serem os mais densamente povoados, com 58% da população da Região Norte (v. tabela 5); apresentarem situação geográfica vantajosa em relação aos outros Estados (na Região, são os mais próximos dos mercados Centro-Sul e Nordeste do País); e possuírem as melhores condições de infra-estrutura.

TABELA 4 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E POR SETOR ECONÔMICO EM 2001

Estados	Rural		Industrial		Total			
	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Nº Op.	%	Valor	%
Acre	840	25.139	4	640	844	8,59	25.779	5,68
Amapá	504	4.203	4	396	508	1,43	4.599	1,01
Amazonas	588	8.406	23	25.183	611	3,53	33.589	7,40
Pará	4.546	148.913	170	82.679	4.716	37,03	231.592	51,04
Rondônia	585	22.079	25	3.654	610	28,93	25.733	5,67
Roraima	64	2.438	8	690	72	0,70	3.128	0,70
Tocantins	2.593	121.837	52	7.472	2.645	19,79	129.309	28,50
Total	9.720	333.015	286	120.714	10.006	100,00	453.729	100,00

Fonte: BASA/DERUR

Considerando a aplicação dos recursos pelo número de habitantes, os Estados mais beneficiados, no ano de 2001, foram Tocantins, Acre e Pará. Já na distribuição dos recursos conforme a extensão territorial dos Estados, Tocantins, também, é o Estado que mais se destaca, seguido pelo Pará e Acre, conforme mostra a **tabela 5**.

TABELA 5 RECURSOS APLICADOS POR HABITANTE E EXTENSÃO TERRITORIAL EM 2001

Estados	Recursos Aplicados (R\$ mil) (1)	População (Nº Habitantes) (2)	Extensão Territorial (Km ²) (2)	Relações	
				(R\$/Hab.)	(R\$/Km ²)
Acre	25.779	483.593	153.149,90	53,31	168,32
Amapá	4.599	379.459	143.453,70	12,12	32,06
Amazonas	33.589	2.389.279	1.577.820,20	14,06	21,29
Pará	231.592	5.510.849	1.253.164,50	42,02	184,80
Rondônia	25.733	1.229.306	238.512,80	20,93	107,89
Roraima	3.128	247.131	225.116,10	12,66	13,90
Tocantins	129.309	1.048.642	278.420,70	123,31	464,44
Total	453.729	11.288.259	3.869.637,90	40,19	117,25

Fontes: (1) BASA/DERUR

(2) IBGE – Demografia. Anuário Estatístico do Brasil, Rio de Janeiro, v.58, 1998

A **tabela 6**, apresentada a seguir, demonstra que no exercício de 2001 os programas PRONAF, PRONAF/PRODEX e PRONAF/PRORURAL, do setor rural, que atendem ao segmento da agricultura de base familiar, obtiveram apoio financeiro da ordem de **R\$ 63.065,9 mil**, gerando a ocupação de aproximadamente 28 mil novos postos de trabalho no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar. Por esses programas foram beneficiadas quase **7 mil famílias** de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, entre outras categorias, que, aliás, por longas datas, foram tratadas sob um foco secundário na elaboração e implementação de políticas públicas na Região.

TABELA 6 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA E POR ESTADO
(EXERCÍCIO/2001)

R\$ mil

PROGRAMA	ESTADO															
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	QDE.	VALOR	QDE.	VALOR	QDE.	VALOR	QDE.	VALOR	QDE.	VALOR	QDE.	VALOR	QDE.	VALOR	QDE.	VALOR
1.RURAL	840	25.138,3	504	4.203,2	588	8.406,7	4.546	148.912,9	585	22.079,2	64	2.437,9	2.593	121.836,9	9.720	333.015,1
PRONAF	212	1.635,3	212	1.744,4	218	1.446,8	1.669	16.953,1	265	2.074,4	-	-	521	4.445,8	3.097	28.299,8
PRONAF/PRODEX	60	136,3	-	-	121	686,8	228	856,8	-	-	-	-	-	-	409	1.679,9
PRONAF/PRORURAL	511	4.676,7	282	2.141,9	184	2.100,3	2.049	19.243,6	78	1.309,0	34	445,6	265	3.169,1	3.403	33.086,2
PRODERUR	57	18.690,0	10	316,9	65	4.172,8	595	109.338,6	242	18.695,8	30	1.992,3	1.807	114.222,0	2.806	267.428,4
PROFLORESTA	-	-	-	-	-	-	5	2.520,8	-	-	-	-	-	-	5	2.520,8
2.INDUSTRIAL	4	640,3	4	396,0	23	25.182,5	170	82.679,0	25	3.654,2	8	690,4	52	7.472,4	286	120.714,8
PROMICRO	-	-	-	-	1	12,0	7	232,1	6	131,3	4	117,4	11	383,0	29	875,8
PRODESIN	2	348,2	2	298,4	11	8.930,1	39	36.152,7	5	2.164,1	2	366,5	20	3.026,7	81	51.286,7
PROAGRIN	-	-	-	-	2	1.639,0	5	2.760,7	1	43,7	1	160,1	6	2.700,1	15	7.303,6
PRODETUR	2	292,1	-	-	2	12.900,0	12	3.645,3	1	196,3	-	-	6	737,6	23	17.771,3
FNO-EXPORT.	-	-	-	-	-	-	104	38.232,4	10	940,5	1	46,4	-	-	115	39.219,3
FNO-COMSERV.	-	-	2	97,6	7	1.701,4	3	1.655,8	2	178,3	-	-	9	625,0	23	4.258,1
Total	844	25.778,6	508	4.599,2	611	33.589,2	4.716	231.591,9	610	25.733,4	72	3.128,3	2.645	129.309,3	10.006	453.729,9

Fonte: BASA – DERUR/DICOP

6 RESULTADO FINANCEIRO

Conforme a *Demonstração de Rendas e Despesas* do FNO, exercício de 2001, as Rendas Operacionais, constituídas pelas operações de crédito e valores disponíveis, totalizaram R\$ 279.130 mil. Deduzidas as Despesas Operacionais, compostas pela despesa de administração do Banco, despesas com auditoria externa, despesas com renegociações, despesas com rebates e despesas com bônus de adimplência, no valor de R\$ 345.824 mil, o Resultado Operacional do Fundo alcançou, em 31/12/2001, o montante de **R\$ (66.694) mil**.

O Patrimônio Líquido do FNO, ao final de 2001, totalizou **R\$ 3.270.591 mil**, correspondente ao saldo do exercício anterior, R\$ 2.857.644 mil, mais o resultado operacional em 31/12/2001 e os recursos repassados pela STN em 2001, evoluindo **14,45%** em relação a 31/12/2000.

De acordo com a *Demonstração da Composição das Aplicações*, existia na conta do FNO, em 31/12/2001, uma disponibilidade de recursos da ordem de **R\$ 91.168 mil**, comprometidas com operações de prazo e em fase de contratação.

Ressalta-se ainda que, ao final de 2001, as propostas em carteira, em fase de análise totalizavam R\$ 288.785 mil e serão atendidas com recursos a serem ingressados no ano de 2002.

Isso mostra que, não obstante às dificuldades de infra-estrutura inerentes à Região, o FNO vem apresentando um desempenho bastante satisfatório, constituindo-se em um importante instrumento de alavancagem da economia regional.

É importante destacar que o elevado índice de operacionalização dos recursos do FNO é decorrente da utilização total dos recursos disponíveis.

7 RESULTADO FISCAL

Examinando-se as metas fiscais do FNO-Exercício de 2001, quanto a movimentação de recursos, verifica-se que o efetivado superou em mais de 28% a estimativa existente, conforme demonstrado na Tabela 7, abaixo:

TABELA 7 - ACOMPANHAMENTO DAS METAS FISCAIS DO FNO-EXERCÍCIO 2001 - MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

	R\$ milhões		
	Estimativa (1)	Efetivado (2)	% (2/1)
I .Reembolso de Crédito em 2001	131,8	242,4	183,9
✓ Indenização do Banco ao Fundo	14,3	0	-
✓ Amortização de Contratos	66,5	186,3	280,6
✓ Atualização Monetária do Disponível	51,0	56,1	110,0
II . Ingressos de Recursos via Repasse STN	430,8	479,6	111,3
Total (I+II)	562,6	722,0	128,3

Fonte: BASA-COTEC/DECON

Com relação à distribuição de recursos do FNO por unidade federativa, verifica-se que as as metas previstas foram plenamente efetivadas nos estados do Pará e Tocantins. No geral, foram efetivados 80,6% da estimativa inicial, conforme demonstrado na Tabela 8, abaixo:

TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DO FNO POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

R\$ milhões

ESTADO	ESTIMATIVA (1)	EFETIVADO (2)	% (2/1)
ACRE	56,26	25,78	45,8
AMAPÁ	56,26	4,60	8,2
AMAZONAS	84,39	33,59	39,8
PARÁ	140,65	231,59	164,7
RONDÔNIA	84,39	25,73	30,5
RORAIMA	56,26	3,13	5,6
TOCANTINS	84,39	129,31	153,2
TOTAL	562,60	453,73	80,6

Fonte: BASA-COTEC/DERUR

8 IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

8.1 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído significativamente para a alavancagem da economia regional, proporcionando um substancial crescimento no *Valor Bruto da Produção (VBP)*, alcançando, em 2001, o volume de R\$ 767.171,89 mil, contribuindo para o incremento do valor agregado do produto regional. No aspecto social, têm influído na redução do êxodo rural; na existência de uma melhor qualidade de vida no campo; na criação de oportunidades para a utilização de mão-de-obra das famílias dos mini e pequenos produtores; e no incremento de empregos gerados na indústria regional. Dessa forma, a ação creditícia do FNO, em 2001, proporcionou mais de 85 mil ocupações entre as atividades dos setores rural e industrial.

8.2 INCENTIVO AO COMÉRCIO E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Visando financiar a implantação, ampliação, modernização, realocação e sustentação de empreendimentos do setor de comércio e serviços, o Banco da Amazônia instituiu, no ano de 2001, o PROGRAMA DE APOIO AO COMÉRCIO E À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, programa que prioriza os investimentos em atividades de comércio e serviços, complementando à dos setores primário e secundário já apoiadas pelo Fundo, através da organização e modernização empresarial; incentivando a produção, adaptação ou absorção de tecnologias; e valorizando as iniciativas de geração do conhecimento, de inovação e modernização tecnológica. Assim, foram contratadas, no exercício de 2001, **23** operações vinculadas a esse Programa, totalizando recursos da ordem de **R\$ 4.258 mil**.

8.3 ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR/EMPRESÁRIO AO CRÉDITO

Ao longo do período de novembro de 1989 a dezembro de 2001, os recursos do FNO foram direcionados aos segmentos produtivos de menor porte, sendo atendidos **142.561** mini/micros e pequenos produtores e empresas, que alocaram cerca de **R\$ 2.905.971 mil**, correspondentes a **96,92%** e **67,18%** do total das contratações e do volume de recursos aplicados, respectivamente, conforme mostra a **tabela 6**.

TABELA 9 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO (NOV/1989 A DEZ/2001)

R\$ mil

Porte do Beneficiário	Rural		Industrial		Total			
	Nº Op.	Valor	Nº Op.	Valor	Nº Op.	%	Valor	%
Cooperativa	126	29.734	2	2.017	128	0,09	31.752	0,68
Mini/Micro	133.412	1.810.102	623	45.059	134.035	90,40	1.855.161	40,00
Pequeno	7.901	679.207	497	339.851	8.398	5,66	1.019.059	21,98
Médio	3.905	646.302	243	246.910	4.148	2,80	893.212	19,27
Grande	1.246	394.169	305	443.989	1.551	1,05	838.158	18,07
Total	146.590	3.559.514	1670	1.077.826	148.260	100,00	4.637.342	100,00

Fonte: BASA/DERUR

Obs: Valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2001 (US\$ 2,3204)

Essa distribuição é justificada, principalmente, pelas condições operacionais diferenciadas de tratamento aos mini/micro e pequenos produtores rurais e pela política de alocação de recursos adotada pelo Banco, que direciona um volume maior de recursos para esse segmento, apoiando, dessa forma, às atividades produtivas desenvolvidas pela pequena produção familiar.

8.4 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Banco da Amazônia, ao longo da existência do FNO, tem dado maior destaque ao segmento da **agricultura de base familiar**, tendo beneficiado mais de **121 mil famílias** de pequenos agricultores, extrativistas, pescadores, entre outras categorias, que, aliás, por longas datas, foram tratados sob um foco secundário na elaboração e implementação de políticas públicas na Região, obtiveram apoio financeiro de **R\$ 1.203.138 mil**, como demonstra a **tabela 7**, através dos programas do FNO-Especial (PRORURAL, PRODEX e PRONAF), gerando a ocupação de mais de 486 mil postos de trabalho no campo, exclusivamente com mão-de-obra familiar.

TABELA 10 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA – SETOR RURAL (NOV/89 A DEZ/2001)

ESTADO	R\$ mil									
	FNO – ESPECIAL						FNO		TOTAL	
	PRORURAL		PRODEX		PRONAF		N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR
N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR					
Acre	6.417	76.829	2.187	7.948	4.102	29.409	455	51.432	13.161	165.618
Amapá	554	3.669	20	48	3.145	18.109	587	52.103	4.306	73.929
Amazonas	4.299	65.949	536	4.457	4.916	38.741	1.118	74.793	10.869	183.940
Pará	41.850	620.739	2.449	11.706	14.355	115.018	8.107	982.400	66.761	1.729.863
Rondônia	16.830	252.483		209	9.540	70.303	2.255	157.182	28.770	480.177
Roraima	1.139	26.069	11	116	2.446	15.955	598	68.760	4.194	110.900
Tocantins	3.228	46.028	10	44	6.485	50.656	8.806	718.360	18.529	815.088
TOTAL	74.317	1.091.768	5.358	24.531	44.989	338.191	21.926	2.105.030	146.590	3.559.515

Fonte: BASA/DERUR

Obs: Valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2001 (US\$ 2,3204)

Ainda no setor rural, destaca-se a contribuição do PRODEX no resgate da cidadania dos povos da floresta (agroextrativistas, ribeirinhos e indígenas), proporcionando-lhes o direito de acesso ao crédito rural oficial, atendendo **5.050** famílias de extrativistas, dedicadas à coleta do látex, castanha-do-pará, açaí, guaraná, cupuaçu, entre outros. Destaca-se ainda, entre os beneficiários desse programa, o financiamento a comunidades indígenas que, com sucesso, vêm desenvolvendo no interior da Amazônia a produção do couro vegetal, produto em expansão no chamado "Mercado Verde".

Afora o direcionamento do crédito para as categorias de menor porte, há que se destacar a orientação das aplicações operacionais para os produtos da cesta básica (arroz, milho, feijão, mandioca, carne e leite), responsáveis pela alimentação da população.

8.5 FORTALECIMENTO DAS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

O Banco da Amazônia, na busca de soluções para fortalecer as ações creditícias do FNO, vem intensificando, sistematicamente, as parcerias institucionais com diversas instituições públicas, em nível

federal, estadual e municipal, sobretudo com aquelas que atuam diretamente na economia regional. O fortalecimento dessas parcerias tem refletido diretamente no desempenho operacional do FNO, especialmente quando se constata os benefícios que os recursos do Fundo geram para a Região e seus habitantes.

Desse modo, cumprindo o seu papel como principal instituição pública federal catalisadora do desenvolvimento integrado em prol da sociedade regional, o Banco da Amazônia, junto com seus parceiros, tem contribuído para a consolidação do crescimento econômico da Região, melhoria da qualidade de vida amazônica e conservação do patrimônio natural amazônico, principalmente aos segmentos produtivos de menor tamanho (micro e pequenos produtores), que absorveram, ao longo de mais de dez anos de operacionalização do FNO pelo Banco, 67% dos recursos aplicados e 97% das operações contratadas.

9 METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

O Banco da Amazônia é uma organização comprometida com a atividade de fomento na Região, atuando como agente financeiro do Governo Federal, traduzindo em políticas, as ações planejadas em conjunto com os diversos atores sócioeconômicos com os quais interage.

Desta forma, o programa anual de aplicações, **Plano de Aplicação dos Recursos do FNO**, resulta da prática reiterada e rotineira de ações de planejamento/avaliação de forma a permitir a consecução dos objetivos pretendidos, denominado **Sistema de Planejamento e Gestão – SPG/FNO**. Assim, o Banco estabelece parcerias específicas em cada Estado da Região, criando um processo de co-responsabilidade na gestão do Fundo, tratando quaisquer questões por meio de uma ação integrada entre os diversos atores sociais comprometidos com o desenvolvimento do Estado.

A etapa de planejamento consiste na consolidação das propostas resultantes de dinâmicas promovidas pelo Banco nos **Encontros Estaduais de Planejamento para a Aplicação dos Recursos do FNO**, realizados em toda Região, que visam trabalhar sob enfoque participativo, envolvendo entidades representativas dos setores público e privado, identificando necessidades e os papéis de cada ator no desenvolvimento regional. Estes encontros contam com a participação de representantes de órgãos federais ligados à produção agrícola, industrial e de serviços, governos estaduais e municipais, por meio de suas secretarias competentes, órgãos federativos e instituições diversas, ligadas à assistência técnica, pesquisa e meio ambiente, organizações de produtores, como cooperativas, associações e entidades organizadas de classe.

Os diversos parceiros institucionais, legítimos representantes dos segmentos produtivos da sociedade local, definem as prioridades setoriais e espaciais que deverão ser financiadas com os recursos do FNO. Estabelecidas as prioridades, são identificadas as demais variáveis que influenciam diretamente na execução da política creditícia – oportunidades, ameaças e ações.

As oportunidades representam as condições infra-estruturais, de mercado e/ou de políticas públicas que favorecem o fomento das atividades produtivas. As ameaças se constituem nos óbices que dificultam a eficiência alocativa dos recursos do Fundo, enquanto que as ações são as medidas necessárias para remover as ameaças e, assim, permitir que a aplicação do crédito alcance satisfatoriamente os resultados planejados.

Cada uma dessas atividades prioritárias selecionadas é relacionada às áreas geográficas potenciais do Estado, principais oportunidades que favorecem seu desenvolvimento, ameaças e ações identificadas pelos atores regionais para a eficiente alocação dos recursos e, conseqüente alavancagem do desenvolvimento regional. São ainda nomeadas as entidades responsáveis pela condução de cada ação, bem como os parceiros institucionais e os resultados esperados com a gestão da ação.

A consolidação desse trabalho resulta nos **Planos Estaduais de Aplicação dos Recursos do FNO**, que fornecem subsídios à elaboração ajustada anualmente do **Plano de Aplicação dos Recursos do FNO**, bem como suporte à sua formulação em nível macro regional.

A etapa de avaliação consiste em um processo periódico de revisão, promovido ao longo de cada período, com vistas a acompanhar e aferir sistematicamente a implantação dos Planos Estaduais, exercendo função normativa quando necessário. Estas revisões representam a garantia de que os programas traçados sejam adequadamente implementados, conferindo rapidez e agilidade às decisões nos casos em que haja necessidade de eventuais medidas corretivas, quer em decorrência do processo, quer como resultado do tipo de premissa estabelecida.

Este formato orienta os esforços, criando condições à adequada execução do planejado, ou a readequação das metas e objetivos projetados. Este processo sempre está associado à capitalização das oportunidades negociais vocacionadas, que permitam maximizar emprego e renda, a fim de promover o incremento e a sustentabilidade do desenvolvimento regional.

Para tanto, o Banco tem concentrado esforços no sentido de incrementar sua eficiência, destacando-se:

- Ampliação da área geográfica de cobertura na Região;
- Implantação de sistemas administrativos operacionais mais ágeis, permitindo atuação mais eficaz na aplicação dos recursos;

- Fortalecimento de parcerias com os órgãos de interesse, de forma a explorar todo potencial proveniente da convergência institucional de objetivos;
- Interação com a comunidade por meio da participação ativa em ações focadas na disseminação de tecnologia, promoção de novas alternativas de investimento, produção de energia, apoio à sustentabilidade empresarial, entre outras, que contribuam para o desenvolvimento regional;
- Interação com autoridades e órgãos federais, estaduais e municipais, de forma a promover ações e intervenções conjuntas na programação da trajetória econômico-social da Região;
- Ampliação do estoque de conhecimento sobre a Região, acompanhadas de propostas sobre novas oportunidades de negócios;
- Investimento em um sistema tecnológico adequado e atualizado.
- Agilização do processo de análise e liberação de crédito.
- Reestruturação e descentralização do modelo de gestão do Banco.
- Intensificação do marketing, de forma mais agressivo e freqüente, voltado a seus produtos e serviços, assim como a divulgação da missão do Banco junto à sociedade.
- Promoção de treinamento compatível com as necessidades das áreas operacionais e de atendimento do Banco.
- Expansão de sua rede de pontos de atendimento.
- Ampliação do portfólio de produtos e serviços, com o objetivo de atingir maior fatia de mercado.

O tratamento destas questões é realizado a partir da valorização das relações (internas e externas), cuidados com o processo de comunicação, reavaliação organizacional e dos sistemas de informação e valorização funcional, de modo a transformá-los em mais um vetor na geração de oportunidades de crescimento e de aprimoramento da performance.

Os resultados quantitativos deste sistema aberto e compartilhado, que traduz as prioridades espaço setoriais por meio das inversões realizadas, são aferidos pelo cálculo de uma Matriz de Contabilidade Social (MCS). Por este método, a aferição quantitativa dos impactos sócioeconômicos das aplicações contempla os multiplicadores de emprego e renda para cada setor de atividade, e os valores dos recursos contratados para cada atividade econômica, obtendo-se a dimensão do impacto estadual em termos do número de postos de trabalho disponibilizados e o Valor Bruto da Produção adicionado pelas ações de investimento efetivadas durante o período.

O Valor Bruto da Produção de cada setor de atividade foi calculado com base na seguinte fórmula: $VBPF = M_p \times AFNO$, onde M_p é o multiplicador de produto da atividade e $AFNO$ é o valor das aplicações do FNO em cada atividade produtiva. Com relação ao número de empregos estimado, diz respeito, na realidade, ao número de pessoas ocupadas nas atividades produtivas, conforme as informações da matriz de insumo-produto da Região Norte. A cada ocupação de mão-de-obra contempla todas as pessoas, com ou sem remuneração, que executaram serviços ligados às atividades produtivas financiadas pelo FNO e abrange as seguintes categorias: responsáveis e membros não remunerados da família, empregados permanentes, empregados temporários, parceiros e outras condições.

Os empregos diretos são definidos com base na seguinte formulação: $EDf = C_e \times VBPF$, onde C_e é o coeficiente de emprego de uma atividade produtiva e $VBPF$ é o valor bruto da produção total. Para chegar-se ao cálculo dos empregos indiretos, há necessidade de utilizar-se a seguinte fórmula: $EDIf = M_e \times EDf$, onde $EDIf$ é o número de emprego direto e indireto do FNO de uma atividade produtiva, M_e é o multiplicador de emprego de uma atividade produtiva e EDf é o número de empregos diretos do FNO.

Flora Valladares Coelho
Presidente